



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.647, DE 2025

(Do Sr. Murillo Gouvea)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de cardápios físicos em formato acessível, nos bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares, em conjunto com os cardápios digitais acessíveis por meio de QR Code, e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
DEFESA DO CONSUMIDOR E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº _____, de 2025
(Do Dep. MURILLO GOUVEA)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de cardápios físicos em formato acessível, nos bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares, em conjunto com os cardápios digitais acessíveis por meio de QR Code, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem como objetivo estabelecer a obrigatoriedade para bares, restaurantes, lanchonetes e outros estabelecimentos similares de disponibilizarem cardápios físicos em formatos que sejam acessíveis a todos os clientes, em complemento aos cardápios digitais, que poderão ser acessados através de QR Code.

Art. 2º Para os fins desta legislação considera-se:

I - **Cardápio Acessível**: aquele que é apresentado em um formato que possibilite a leitura por pessoas com deficiência visual, incluindo, mas não se limitando a, letras em tamanho ampliado, braille e o uso de contrastes adequados para facilitar a visualização.

II - **QR Code**: um código de resposta rápida que permite o acesso digital a informações, incluindo o cardápio em formato digital.

Art. 3º Os estabelecimentos mencionados no Art. 1º devem:

I - Disponibilizar um cardápio físico acessível, que seja colocado em um local que permita fácil visibilidade e manuseio por todos os clientes.

II - Informar de maneira clara e visível aos clientes sobre a disponibilidade do cardápio acessível, preferencialmente no acesso principal do estabelecimento.

III - Garantir que o cardápio digital, disponível através do QR Code, contenha as mesmas informações que estão no cardápio físico, incluindo descrições detalhadas e preços dos itens oferecidos.

Art. 4º Os estabelecimentos que não atenderem às disposições estabelecidas nesta Lei estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - Advertência formal por escrito, na ocorrência da primeira infração.

II - Multa, cujo valor será regulamentado pelo Poder Executivo, em casos de reincidência.

III - Suspensão do alvará de funcionamento, em caso de nova reincidência após a aplicação da multa.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e os estabelecimentos terão um período de 180 dias para se adaptarem às suas exigências.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.





Justificativa:

A implementação de cardápios físicos que sejam acessíveis, em conjunto com as versões digitais, visa promover a inclusão e o respeito aos direitos das pessoas com deficiência, garantindo que todos os clientes possam ter acesso às informações sobre os produtos e serviços oferecidos. A acessibilidade é um direito fundamental e este projeto busca assegurar uma experiência igualitária e inclusiva para todos os frequentadores dos estabelecimentos de alimentação.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 2025.

Deputado MURILLO GOUVEA

